

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.^a SL

Em 12 de dezembro de 2018, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Informações;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
3. **Distribuição de iniciativas europeias;**
4. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 150/XIII/4.^a (GOV) – Altera o regime jurídico da atividade de segurança privada e da autoproteção;**
Relator: Deputado Luís Marques Guedes (PSD);
 - **Proposta de Lei n.º 154/XIII/4.^a (GOV) - Altera o Regime Jurídico das Armas e suas Munições, transpondo a Diretiva (UE) 2017/853;**
Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD)
5. **Votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Justiça para, na sequência dos distúrbios ocorridos no Estabelecimento Prisional de Lisboa, prestar esclarecimentos sobre as questões suscitadas pelo descontentamento dos agentes do sistema prisional;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição urgente da Ministra da Justiça a fim de prestar esclarecimentos sobre o que motivou os protestos ocorridos nos estabelecimentos Prisionais de Lisboa e de Custóias e sobre a atuação dos serviços prisionais para pôr fim a estes protestos;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição urgente do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (Jaime Marta Soares), do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (Tenente-General Carlos Mourato Nunes) e do Sr. Ministro da Administração Interna sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da ANPC;**
6. **Admissão e distribuição de Petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 564/XIII/4.^a - Solicitam a adoção de medidas com vista ao alargamento dos direitos eleitorais na CPAS;**
 - **Petição n.º 568/XIII/4.^a - Solicita a adoção de medidas com vista à promoção da igualdade de género na paternidade e na maternidade;**
7. **Discussão e votação do relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à reautorização dos montantes remanescentes autorizados para apoiar a aplicação das Decisões (UE) 2015/1523 e (UE) 2015/1601 do Conselho ou à sua afetação a outras ações ao abrigo dos programas nacionais [COM (2018) 719];**
Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)
8. **Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde sobre a Petição n.º 494/XIII/3.^a - Solicita que seja instituída a Carta para a participação Pública em Saúde;**
Relatora - Catarina Marcelino (PS)
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.^a SL

10. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre audições com membros do Governo na Comissão;
11. Outros assuntos.

11H30

Audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa para apresentação do parecer sobre o funcionamento do SIRP referente ao ano de 2017 (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional).

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º e AUTOR	ASSUNTO	RELATOR
169/XIII/4. ^a (GOV)	Reforça os direitos dos menores suspeitos ou arguidos em processo penal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/800	Deputada Emília Cerqueira (PSD)
170/XIII/4. ^a (GOV)	Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a Diretiva (UE) 2017/1564, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)

PROJETOS DE LEI

N.º e AUTOR	ASSUNTO	RELATOR
1033/XIII/4. ^a (PAN)	Procede à quinta alteração à Lei n.º 32/2006 de 26 de junho, permitindo o acesso da identidade do dador de gâmetas ou embriões por pessoas nascidas em consequência de processos de Procriação Medicamente Assistida	Competente a Comissão de Saúde (9. ^a) (em conexão com a 1. ^o Comissão)
1034/XIII/4. ^a (PAN)	Procede à segunda alteração da Lei n.º 15/2014, de 21 de março, reforçando os direitos das mulheres na gravidez e no parto	Competente a Comissão de Saúde (9. ^a) (em conexão com a 1. ^o Comissão)
1035/XIII/4. ^a (...)	Altera o Regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, instituindo a atribuição da figura do visto temporário de residência ao cidadão imigrante com um ano de descontos para a Segurança Social	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.^a SL

1047/XIII/4. ^a (...)	Altera o Código Penal, nomeadamente o crime de violação, adaptando a legislação à Convenção de Istambul ratificada por Portugal	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
------------------------------------	---	---------------------------------------

No ponto seguinte, foram comunicadas as seguintes iniciativas europeias:

Referência	Designação	Deputado Relator
COM (2018)745	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação, no que diz respeito à saída do Reino Unido da União	Deliberado não escrutinar
COM(2018)800	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2019 Cumprir o prometido e preparar o futuro	Aguarda informação adicional e nomeação de Deputado relator

O quarto ponto, que consistia na discussão e votação de dois pareceres, um sobre a [Proposta de Lei n.º 150/XIII/4.^a \(GOV\)](#) - Altera o regime do exercício da atividade de segurança privada e da autoproteção, e outro sobre a [Proposta de Lei n.º 154/XIII/4.^a \(GOV\)](#) - Altera o Regime Jurídico das Armas e suas Munições, transpondo a Diretiva (UE) 2017/853, a solicitação dos respetivos relatores, Deputado Luís Marques Guedes e Deputada Andreia Neto (PSD), foi adiado para a reunião seguinte da Comissão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.ª SL

No quinto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à discussão conjunta do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição da Ministra da Justiça, na sequência dos distúrbios ocorridos no Estabelecimento Prisional de Lisboa, a fim de prestar esclarecimentos sobre as questões suscitadas pelo descontentamento dos agentes do sistema prisional, e do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição urgente da Ministra da Justiça a fim de prestar esclarecimentos sobre o que motivou os protestos ocorridos nos estabelecimentos Prisionais de Lisboa e de Custódias e sobre a atuação dos serviços prisionais para pôr fim a estes protestos, que foram apresentados, respetivamente, pelo Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) e pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que sublinharam o clima de animosidade e de descontentamento que se vivia no meio prisional, pelo que importaria questionar se o Governo estava ou não com capacidade para dialogar e obter consensos com os guardas prisionais e apurar o que estava a ser feito nesse âmbito.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) referiu que a situação vivida no meio prisional merecia o escrutínio de todos, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS pertinente e justificável a audição da Ministra da Justiça, chamando a atenção, no entanto, para a «memória seletiva» dos Deputados do PSD e do CDS-PP e recordando os acontecimentos ocorridos no E. P. da Carregueira em dezembro de 2013. Recordou ainda o percurso positivo que fora feito nos últimos anos nessa área, designadamente em matéria de lotação dos E. P., realçando que, pela primeira vez, não havia sobrelotação estatística.

No final, submetidos a votação, os dois requerimentos foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguidamente, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição urgente do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses (Jaime Marta Soares), do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (Tenente-General Carlos Mourato Nunes) e do Ministro da Administração Interna sobre a suspensão da participação dos bombeiros na estrutura da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), que foi apresentado pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.ª SL

(CDS-PP). No debate, interveio o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), que expressou a concordância do seu Grupo Parlamentar com a realização das audições propostas e recordou que o Parlamento assumira um papel fundamental no acompanhamento desta matéria após as tragédias ocorridas em 2017, em que todos os grupos parlamentares mostraram vontade em contribuir para evitar a repetição de tragédias semelhantes. Acrescentou que a crise vivida entre Governo e bombeiros – que iniciaram um protesto inédito – teve na sua base uma reforma anunciada pelo Governo, processo que deixou de fora o Parlamento. Apresentou ainda, como requerimento oral, que às três audições requeridas pelo CDS-PP se aditasse mais duas: a da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a do Observatório Técnico Independente para Análise, Acompanhamento e Avaliação dos Incêndios, proposta que mereceu a aceitação por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP. Também o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) declarou que o Grupo parlamentar do PS não se iria opor à realização do conjunto das audições proposto.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS.

No ponto seguinte, foram admitidas as Petições n.ºs [564/XIII/4.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas com vista ao alargamento dos direitos eleitorais na CPAS, e [568/XIII/4.ª](#) - Solicita a adoção de medidas com vista à promoção da igualdade de género na paternidade e na maternidade, tendo sido designados relatores, respetivamente, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) a Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS).

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à reautorização dos montantes remanescentes autorizados para apoiar a aplicação das Decisões (UE) 2015/1523 e (UE) 2015/1601 do Conselho ou à sua afetação a outras ações ao abrigo dos programas nacionais [\[COM \(2018\) 719\]](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado José Manuel Pureza (BE), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.ª SL

No oitavo ponto, procedeu-se à apresentação, pela respetiva relatora, Deputada Catarina Marcelino (PS), do parecer solicitado pela Comissão de Saúde sobre a sobre a [Petição n.º 494/XIII/3.ª](#) - Solicita que seja instituída a Carta para a participação Pública em Saúde -, que, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao ponto seguinte, que consistia na apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar do PSD sobre audições regimentais com membros do Governo em Comissão, que foi apresentado pelo Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD).

Como ponto prévio, o Senhor Presidente deu conta de que no dia anterior, reunira a Mesa e coordenadores, pois a matéria havia sido tratada nessa sede anteriormente, mas que nada adiantara quanto ao procedimento a adotar pela Comissão, pelo que fora aditado à ordem do dia, conforme requerido pelo PSD, um ponto autónomo para tratar a questão.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) esclareceu que não estava em causa o procedimento anteriormente adotado, mas sublinhou que deveria devolver-se às audições regimentais obrigatórias o seu estatuto próprio, pois o Regimento conferia-lhes uma dignidade institucional especial, como instrumento de fiscalização política do Governo pela Assembleia da República, por um lado, e como forma de o Governo fazer o balanço da respetiva atividade, por outro lado. Acrescentou que a sobreposição destas audições regimentais obrigatórias de membros do Governo com as resultantes de requerimentos dos Grupos Parlamentares era admissível, se a Comissão e o requerente concordassem, mas desde que não secundarizassem nem desvalorizassem as primeiras, porque tal procedimento seria contrário ao Regimento. Além de que as audições regimentais obrigatórias, previstas no n.º 2 do artigo 104.º do RAR – argumentou – eram fixadas no início de cada sessão legislativa, pelo que teriam sempre precedência cronológica. Nesse sentido, concluiu que, em sua opinião, as demais audições com membros do Governo, que não as regimentais obrigatórias, ou deviam dar lugar a audições específicas ou, caso o requerente aceitasse e por conveniência de agenda do membro do Governo e da Comissão, poderiam ser conjuntas com as



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.ª SL

regimentais obrigatórias, mas como ponto autónomo no final da audição – e não no início, como era a prática seguida.

O Senhor Presidente começou por esclarecer que todas as audições requeridas pelos diferentes grupos parlamentares foram agendadas e nunca houve recusa por parte dos membros do Governo em participar. Referiu que entendia a intervenção do Deputado do PSD como um exercício de *mea culpa*, na medida em que a prática seguida até então resultara de uma deliberação unânime tomada em reunião de mesa e coordenadores, tendo o Grupo Parlamentar do PSD sido o principal utilizador e beneficiário desse procedimento. Além do mais, argumentou que não havia diferença de natureza entre as audições regimentais.

Recordou também que quando esteve em causa o aditamento de cinco pontos autónomos a uma audição regimental obrigatória, por não ser praticável, optou-se pela realização de uma audição específica, e concluiu que entendia como indesejável a rigidez no tratamento desta matéria.

Por fim, dado o adiantado da hora e estando agendada a audição com o Conselho de Fiscalização do SIRP, considerou não haver condições para continuar o debate, pelo que o mesmo seria reagendado para a reunião seguinte da Comissão.

Após uma curta pausa, teve início a audição do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) para apresentação do parecer sobre o funcionamento do SIRP referente ao ano de 2017 (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional), que se fez representar pelos seus três membros: os Senhores Drs. Abílio Morgado e António Rodrigues e o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão.

A audição decorreu à porta fechada, atento o disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 36.º da Lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (aprovada pela Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, e alterada pelas Leis n.ºs 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, 75-A/97, de julho, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2004, de 6 de novembro, e 4/2014, de 13 de agosto — que a republicou), sendo o seu conteúdo sigiloso por força do mesmo normativo.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente começou por dar a palavra, para uma intervenção inicial, ao Senhor Presidente do Conselho de Fiscalização. Em seguida, intervieram para colocar questões os Senhores Deputados Luís Marques Guedes (PSD), João Soares e Ascenso Simões (PS), João Vasconcelos (BE) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), às quais o Presidente do Conselho respondeu em conjunto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 15/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Catarina Marcelino
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Gameiro
Isabel Alves Moreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Elza Pais
José Luís Ferreira
Sandra Pereira
Telmo Correia